



COOPERALIANÇA

Energia para o Desenvolvimento

RELATÓRIO DA DIRETORIA

DEZEMBRO DE 2007

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Em cumprimento às determinações legais e Estatutárias, apresentamos a seguir, relatório das principais atividades do Conselho de Administração no exercício de 2.007, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do balanço social.

Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Aliança para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

Carta do Presidente.

Cenário

A Cooperativa Aliança atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seus conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 44 anos de existência.

Em 2007, o bom desempenho da economia nacional teve um ótimo reflexo sobre a demanda por energia elétrica, o destaque foi o setor de serviços públicos com um incremento de 24,11% com relação a 2006, a classe poderes público obteve um crescimento de 13,24%, e o consumo do da classe da classe industrial, também foi representativo, atingindo o patamar de 12,28% de crescimento.

O reconhecimento do público com relação às medidas adotadas pela concessionária para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio das seguintes premiações que a Cooperativa recebeu:

- **Destaque Içarense de 2007**
Melhor Empresa de distribuição de Energia do Município.

Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

Distribuição

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em 04 dos 293 municípios do estado equivalente, a 60.000 mil habitantes, que representa uma parcela 28.500 dos mais de 1.400.000 de consumidores do estado de Santa Catarina.

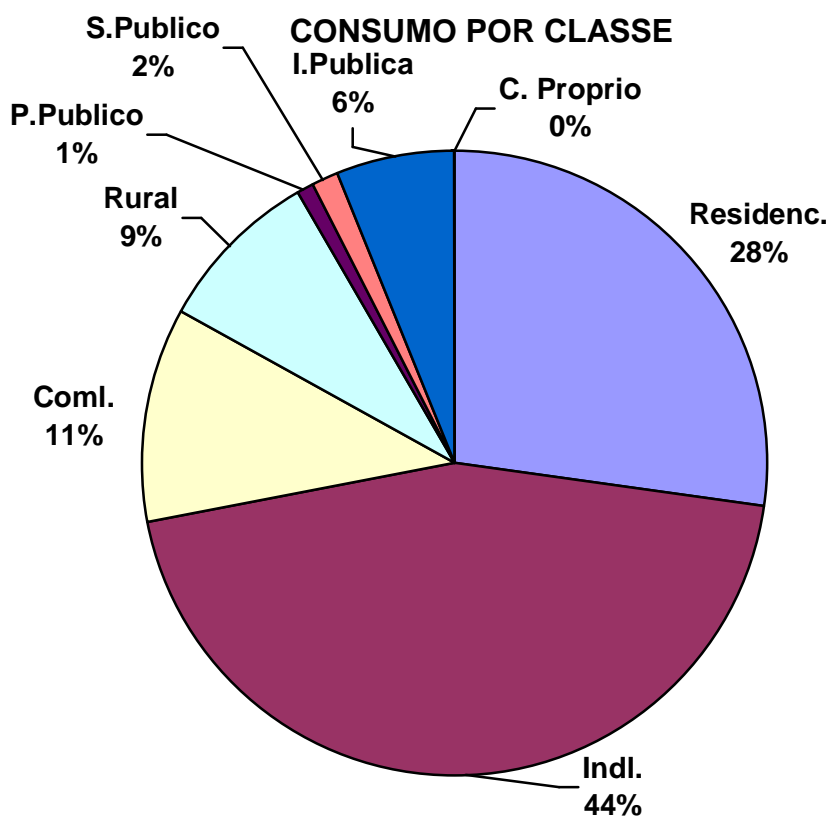
Ligação de consumidores - foram realizadas no ano 1.053 novas ligações residenciais, 15 industriais, 122 comerciais, 87 rurais, 09 do poder público, 01 do serviço público. Totalizando **1.287** novos consumidores atendidos pela concessionária

Comportamento do mercado – O mercado energético apresentou um quadro de instabilidade no exercício motivado pela indefinição governamental quanto às regras institucionais, determinando pequenos investimentos. A demanda de consumo continua crescente apontando para crises futuras de abastecimento de energia no setor, necessitando urgente o estabelecimento de diretrizes para um plano nacional de investimentos.

Distribuição direta por classe de consumo - O consumo de energia elétrica na área de atuação da concessionária no ano 2007 foi de 128.261 Mwh., tendo apresentado crescimento de 7,59% em relação a 2006.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

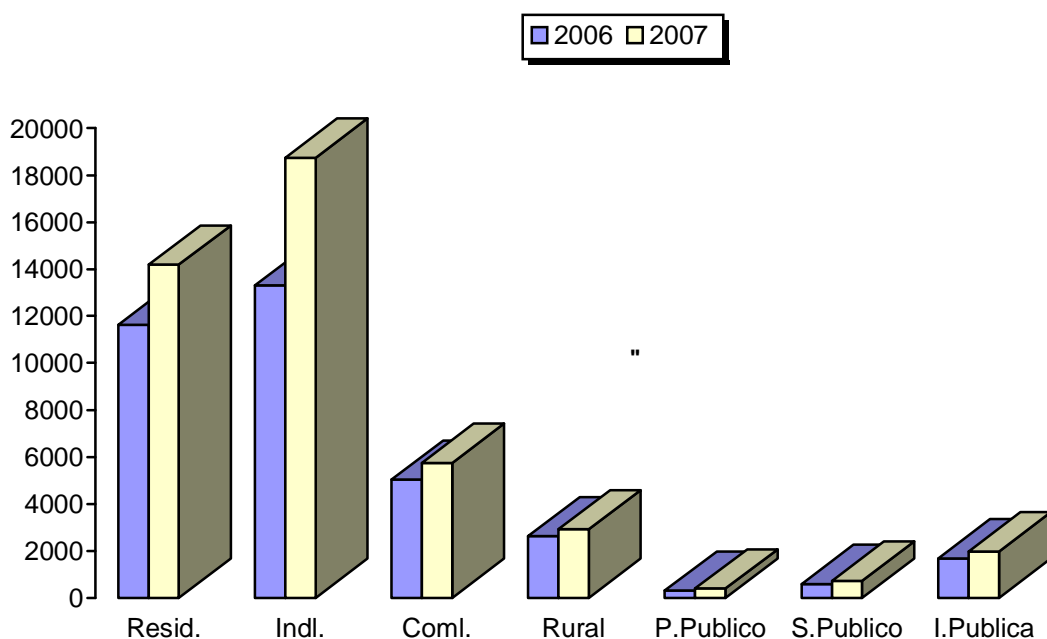
Classe	2007	2006	%
Residencial	35.081	33.651	4,25
Industrial	57.490	51.204	12,28
Comercial	13.915	13.396	3,87
Rural	11.081	11.167	(0,77)
Poderes Públicos	932	823	13,24
Serviços Públicos	2.095	1.688	24,11
Iluminação Publica	7.564	7.188	5,23
Consumo Próprio	103	96	7,29
Total	128.261	119.213	7,59



Receita Líquida - A receita líquida decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, impostos federais, devoluções e encargos setoriais, importou em R\$ 36.290 milhões, incluindo ainda a receita referente a passivo regulatório no valor de R\$ 4.861 conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ mil			
Classe	2007	2006	%
Residencial	14.193	11.636	21,97
Industrial	18.733	13.296	40,89
Comercial	5.712	5.034	13,47
Rural	2.925	2.636	10,96
Poderes Públicos	404	312	29,49
Iluminação Pública	1.994	1.685	18,33
Serviço Público	736	601	22,46
Consumo Próprio	50	41	17,65
Compensação Baixa Renda	(85)	-	-
Passivo Regulatório 243	4.861	-	-
Sub-total	49.523	35.241	40,53
Serviços	97	81	19,75
Outras Receitas	378	263	43,73
Sub-total	49.998	35.585	40,50
ICMS	8.970	7.420	20,89
PIS/COFINS	225	180	25,00
Devoluções	1.932	334	478,44
RGR/CCC	2.581	754	242,31
Totais	36.290	26.897	34,92

Receita Líquida 2006/2007



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2007 apresentou um crescimento de 2,82% sobre o mesmo mês do ano anterior. Como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2007	2006	%
Residencial	23.571	22.903	2,92
Industrial	176	169	4,14
Comercial	1.554	1.521	2,17
Rural	3.257	3.193	2,00
Poder Público	198	181	9,39
Iluminação Pública	5	4	25,00
Serviço Público	10	10	-
Consumo Próprio	6	6	-
Total	28.777	27.987	2,82

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2007, atingiu R\$ 0,36710.

Classe	Tarifa média de Fornecimento
	em R\$/MWh
Residencial	0,40655
Industrial	0,29440
Comercial	0,41554
Rural	0,26415
Poder público	0,43784
Serviço Público	0,26350
Iluminação Pública	0,35143
Consumo Próprio	0,50338
Média	0,36710

Composição da tarifa	Resid.	Indl.	Coml.	Rural	Poder Público	Ilumin. Pública	Outros
Tarifa aplicada							
Impostos							
PIS	2,64	1,91	2,70	1,72	2,85	1,71	2,78
COFINS	12,20	883	12,47	7,92	13,14	7,91	12,82
ICMS	80,21	58,09	81,99	52,12	86,39	51,99	84,33
Taxas							
Fiscalização	0,53	0,38	0,54	0,34	0,57	0,34	0,56
CCC	12,40	8,98	12,67	8,06	13,35	8,04	13,04
RGR	7,81	5,65	7,98	5,07	8,41	5,06	8,21
Compensação financeira	-	-					
Custo da energia comprada	129,81	94,00	132,68	84,34	139,80	84,14	136,47
Despesas de pessoal	37,24	26,97	38,06	24,20	40,11	24,14	39,15
Outras despesas operacionais	123,71	89,59	126,45	80,38	133,23	80,18	130,06
Tarifa bruta concessionária. (*)	406,55	294,40	415,54	264,15	437,84	263,50	427,41

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Qualidade do Fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor)

Ano	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	0,38	3,26	0,46	2,12	0,28	0,31
Jaguaruna	0,26	5,97	0,11	4,05	0,37	0,42
Sangão	0,09	1,14	0,03	1,46	0,45	0,48
Ararangua	0,26	2,69	0,11	2,74	0,36	0,40

Atendimento ao consumidor – O programa nacional de universalização no atendimento, continua a ser executado em sua totalidade pela concessionária que atendeu a todas as solicitações de ligações registrando atendimento total a demanda de consumidores de todas as classes em nossa área de concessão.

Tecnologia da informação

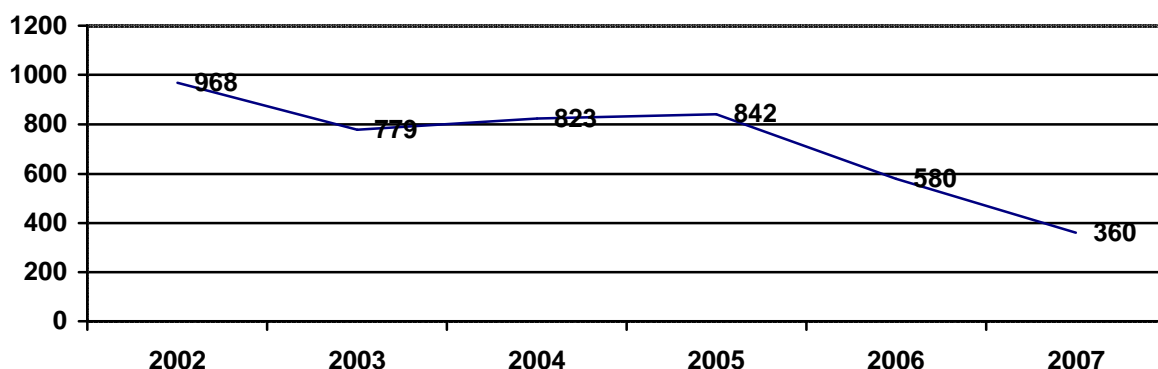
O desenvolvimento de uma concessionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infra-estrutura).

Desempenho econômico-financeiro

Em 2007, às sobras líquidas no exercício foram de R\$ 360 mil, contra R\$ 580 mil em 2006. Uma redução de 37,93%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 36,290 milhões, enquanto em 2006 situou-se em R\$ 26.897 milhões. Esse aumento de 34,92% resultado da evolução nas vendas para consumidores finais em 7,59% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2007 foi de 21,26 %, para ao consumidor da AT e 14,22% para o consumidor de BT. Incluído a receita do passivo regulatório de 13,39%.

As despesas operacionais totalizaram em 2007 R\$ 35.116 mil 42,75% superiores em relação a 2006, incluindo as despesas do passivo regulatório equivalente a 13,39%, o total dos índices regulamentares (IGP-M) tiveram um crescimento de 3,60% em 2006 e 7,95% em 2007. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 2,00% contra 3,39 % em 2005.

As sobras dos últimos exercícios apresentaram evolução conforme gráfico abaixo.



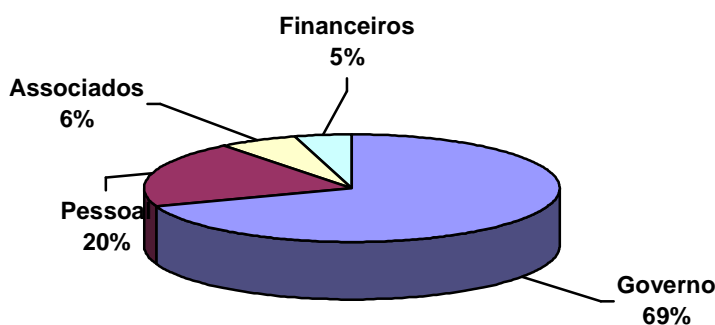
Investimentos: Em 2007, os investimentos da Cooperativa importaram em R\$ 530 mil, menores que no exercício de 2006, conforme a segue:

Investimentos	2007	2006	%
Obras de Geração	-	25	(100,00)%
Obras de Distribuição	1.372	1.877	(26,90)%
Totais	1.372	1.902	27,86%

Captações de Recursos: Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a concessionária captou um total de R\$ 1.575 mil, em recursos oriundos das sobras do exercício, fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição e reservas legais.

Valor Adicionado: Em 2007, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela concessionária foi de R\$ 17.862 milhões, representando 35,73 % da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos: Aos associados, estatutariamente é garantido à destinação das sobras líquidas do exercício, as quais foram destinadas totalmente a investimentos, e também à criação do fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, garantindo o investimento necessário à manutenção do sistema.

Composição das Quotas do Capital Social: Em 31 de dezembro de 2007 o capital social da concessionária era de R\$ 976 mil, sendo composto por 975.569 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Comportamento do Preço das Quotas: De janeiro a dezembro de 2007, as quotas mantiveram preços inalterados, visto que a variação somente ocorre pôr decisão de Assembléia Geral Extraordinária convocada na forma do estatuto social.

Atendimento a Associados: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a concessionária coloca à disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sua sede social, sita a Rua Ipiranga, 333 – Içara – SC., e na Avenida Leoberto Leal 126, Distrito de Balneário Rincão município de Içara – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, com ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta gratuita) por meio do 0800-484040.

Também estão disponíveis através de Home–page www.cooperalianca.com.br todas as informações de cadastro e consumo, bem como solicitação de serviços não emergenciais.

Gestão

Planejamento Empresarial: O êxito que a concessionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da concessionária vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Em 2007 foram desenvolvidos workshops com cada Unidade de Negócios, envolvendo gerentes e profissionais; treinamento técnico de proteção de redes de distribuição; treinamento de formação de eletricitista e montador de redes de distribuição. Também foram realizados treinamentos internos com funcionários das áreas de distribuição e comercial. Como resultado, concebeu-se uma agenda estratégica para os diferentes cenários possíveis para cada negócio, complementando-se o processo iniciado em 2001 com os negócios de tecnologia da informação.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

Recursos Humanos: Em 2007 a concessionária investiu R\$ 10 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados. De modo a manter a concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial e oferecendo, oportunidade de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

Como resultado do contínuo investimento tecnológico e da política de treinamento de seu quadro técnico funcional a concessionária constituiu centro de treinamento para funcionários. Neste período o quadro de empregados da concessionária não apresentou significativo crescimento no último ano.

Responsabilidade Social: Cada vez mais, a concessionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. O detalhamento destas atividades e projetos está sendo apresentado no Balanço Social da concessionária.

Concessionária em Números

Atendimento	2007	2006	%
Número de consumidores	28.777	27.987	2,82
Número de empregados	95	93	21,50
Número de consumidores por empregado	302,92	300,93	6,61
Número de postos de atendimento	03	03	-
Mercado	2007	2006	%
Área de concessão (Km ²)	569,21	569,21	-
Demanda máxima (MW)	28,000	26,611	5,22
Distribuição direta (MWh)	128.261	119,213	2,07
Consumo residencial médio (MWh/ano)	1,488	1,463	1,29
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	367,10	237,18	54,78
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	406,55	303,38	(10,25)
Industrial	294,40	195,66	(20,31)
Comercial	415,54	283,94	(21,04)
Rural	264,15	197,55	(11,38)
Poderes Públicos	437,84	313,67	(12,83)
Serviços Públicos	263,50	266,83	(12,20)
Iluminação Pública	351,43	177,28	0,20
DEC (horas) – Conjunto – Içara	0,38	3,26	(88,34)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	0,46	2,12	(78,30)
População atendida – Urbana (em milhares de habitantes)	36	36	-
População atendida – Rural (em milhares de hab.)	24	24	-
Número de reclamações por 10.000 consumidores	333,50	554,50	(39,85)

- População = Dados aproximados – Fonte IBGE 2000
- Reclamações = Estão incluídas apenas as solicitações efetuadas ao departamento técnico da Cooperalliança, por falta de energia, em 2007, e 2006 todas as solicitações.

Operacionais	2007	2006	%
Linhas de distribuição (Km)	1.301	1.301	-
Capacidade instalada (MVA)	80,30	75,30	6,64

Financeiros	2007	2006	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	49.998	35.585	40,50
Receita operacional líquida (R\$ mil)	36.289	26.897	34,92
Margem operacional do serviço líquida (%)	37,77	32,30	16,93
Sobras líquidas (R\$ mil)	360	580	(37,93)
Lucro líquido por lote de mil quotas			
Patrimônio líquido (R\$ mil)	18.018	17.082	5,48
Valor patrimonial do lote de mil quotas	18.018	17.082	5,48
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5,48	8,84	(38,00)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	82,94	52,36	58,40
Em moeda nacional (%)	14.944	8.944	67,08

Indicadores de Performance	2007	2006	%
Salário Médio dos Funcionários em R\$	2.531	2.091	(21,04)
Energia Comprada por Funcionário em MW	1,494	1,437	(4,66)
Energia Comprada por Consumidor em MW	4,93	4,78	3,97
Retorno de Ativos por Unidade	3,83	4,16	(7,93)

1 - Logradouros

Serviços Executados – Redes de Distribuição

Município de Içara	Redes Novas		Melhorias	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Rio dos Anjos	400			
Linha Pasqualine	600	900	200	300
Balneário Rincão	3.700	950	4.510	
Santa Cruz		400	300	
4ª Linha	850	750	1.050	250
1ª Linha	200	350		
Centro	200	250	300	100
Lagoa dos Freitas	250		300	
Pedreiras		750		450
Urus sanga Velha	700	450	800	400
B. Presidente Vargas	300	200	150	300
1ª De Maio	380		200	
Barracão	450	450	300	100
Jardim Pinheiro	180		350	
Esplanada	2.100	1.550	1.850	300
Poço 03	1.250	1.050	650	550
2ª Linha	150			
Rio Acima			400	200
Barra Velha	350		800	
Vila São Jose	450	250	150	150
Linha Três Ribeirões	3.130	1.700	1.150	600
Vila Nova	750	900	850	
Jardim Elizabete	200			
3ª Linha	500	650	250	250
Bairro Jaqueline			250	
Lombas	300		150	
Bairro Liri	1.850	2.090	350	390
Boa Vista/Coqueiros	750	730	250	350
	19.990	14.370	15.560	4.690

Município de Jaguaruna	Redes Novas		Melhorias	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneária Esplanada	1.660	750	1.650	150
Torneiro	600	450	460	400
	2.260	1.200	2.110	550

Município de Sangão	Redes Novas		Melhorias	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Sangãozinho	200	150	800	500
Orvalho	250		250	150
MORRO AZUL			200	
	550	150	1.250	650

Neste período, tivemos um acréscimo em nossos sistemas de distribuição de 15,72 km de Alta Tensão e 22,80 km de Baixa Tensão. Também foram executadas melhorias no sistema existente, totalizando 5,89 km de Alta Tensão e 19,02 km de Baixa Tensão.

Serviços Executados – Instalações de Transformadores.

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Balneário Rincão	3-75, 3-75, 3-75, 3-75	
Vila São Jose	3-112,5, 3-300, 3-225	
Bairro Liri	3-500, 3-500, 3-225	
Linha Três Ribeirões	3-30	1-10 P/ 3-45, 1-10 P/ 3-45
Pedreira	3-75, 3-75	3-45 P/ 3-75
Linha do Meio		3-30 P/ 3-75
Poço 03	3-30, 3-45	3-30 P/ 3/45
Centro	3-75, 3-75, 3-45	
Linha Correção	3-30	3-30 P/ 3/45
Esplanada	3-300, 1-10	
Urussanga Velha II	3-30	
Santa Cruz	3-45	
Linha Frassom	3-45	3-30 P/ 3-45
Vila Nova	3-75	
Coqueiros	1-10	
3ª Linha	1-15	
Linha Zilli	3-30, 3-300	3-225 P/ 3-300 112,5 P/3-300
2ª Linha	1-15	
Ponta do Mato		1-15 P/ 3-30
1ª Linha	3-112,5 3-75, 3-500	
Barracão	3-45	
Total / Potência	34 - 4.250 KVA	10 - 477,5 KVA

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados	Ampliados
Torneiro	1-10	1-10 P/ 2/15
Balneário Esplanada	3-45, 3-45, 3-45	
Total / Potência	4 - 145 KVA	1 - 5 KVA

Município de Sangão		
Localidades	Implantados	Ampliados
Sangãozinho	3-112,5	
Orvalho	1-15	
Morro Azul	3-30	
Garganta	3-45	
Total / Potência	04 - 202,5KVA	

Neste período foram implantadas 42 novas subestações e ampliadas mais 11, totalizando 53 subestações, aumentando em 5,08 MVA a Potência Instalada das Redes de Distribuição de Energia Elétrica.

2 - Alimentadores

Buscamos realizar as atividades planejadas que permitem a escolha da melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica, no atendimento dos consumidores, bem como atender todas as normas de controle de qualidade conforme resolução 505 de 2001 da Aneel.

Também foram executados serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição, com equipes especializadas que trabalham com redes energizadas sem interromper o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

3 - Loteamentos

Obras de melhorias, buscando sempre melhorar a qualidade do sistema de distribuição através de ações de projetos de adequação das redes de distribuição de energia elétrica, com troca de cabos e divisão de circuitos, para atender ao crescimento vegetativo, padronização de tensão conforme normas da Aneel.

4 - Vistorias

Realização de vistorias nas unidades consumidoras busca reduzir as perdas elétricas do sistema de distribuição, gerenciamento do setor comercial e a normalização dos padrões de medição de energia elétrica e atender a resolução 456/2000 da Aneel, na indústria utilização de medição eletrônica onde permite uma melhor análise dos dados dos consumidores, facilitando os estudos de curva de carga dos consumidores.

5 - Iluminação Pública

A COOPERALIANÇA vem prestando todo o tipo de Manutenção e Ampliação de redes de Iluminação Pública Fazendo todo o possível no que se refere à iluminação, oferecendo aos consumidores e associados uma iluminação condizente.

Ampliação do projeto de substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio para vapor de sódio, em toda área de distribuição, melhorando o fluxo luminoso e reduzindo o consumo de energia elétrica, minimizando o consumo de energia com utilização de rele fotoelétrico eletrônico que possibilita o ajuste no tempo para desligar.

6 – Plantão 24 horas.

Durante o período, a Central de Operação e Distribuição “COD” atendeu a 2001 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica, também orientou os consumidores nos procedimentos de instalação elétrica em novas unidades consumidoras.

7 - Aferições de medidores

Neste período, foram aferidos 866 medidores de energia elétrica, referentes a pedidos de aferição e fiscalização nas unidades consumidoras, atendo as normas de distribuição de energia elétrica.

8 - Análise de Projetos Elétricos

Com o objetivo de padronizar as instalações elétricas dos estabelecimentos Comerciais, Residenciais e Industriais dos associados e consumidores, a COOPERALIANÇA exige o projeto elétrico destes estabelecimentos estabelecendo normas de instalações. A partir da entrada do Projeto na Cooperativa, Departamento de Eletrificação analisa a carga a ser instalada e as condições da Rede de Distribuição de Energia no local onde será instalada a edificação. Orientando os consumidores no que for necessária a segurança e a qualidade no fornecimento. Neste período foram analisados 747 Projetos sendo, 647 Residenciais, 52 Comerciais, 48 Industriais.

9 - Balanço Energético - Janeiro/2007 = Dezembro/2007.

Durante este período a Cooperalliança adquiriu da concessionária responsável pelo suprimento de energia elétrica à CELESC, um total de 142.932 Mwh/ano e distribuíram o equivalente a 128.261 Mwh/ano com um percentual de perda de 10,26 % ou seja, 14.67Mwh/ano.

Conclusão:

Realizamos várias obras no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema de distribuição, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída e melhorando os índices de qualidade estabelecidos pela Aneel, reduzindo as perdas técnicas no sistema de distribuição e evitando os corte no fornecimento, buscamos alternativa nos processo construção e manutenção preventiva e corretiva, com equipe que trabalham com rede energizadas, evitando desligamentos programados, melhorando os indicadores Dec e Fec.

10 - Plano de Atividade – 2008.

O crescimento do consumo de energia elétrica nos últimos anos vem crescendo nos níveis em que sinalizam obras no sistema de distribuição, para atender esse aumento da demanda, temos que planejar os investimentos aumentar a confiabilidade do sistema, bem como a qualidade da energia elétrica distribuída, ter opção de transferência de carga entre os alimentadores, possibilitando maior flexibilidade no sistema operacional e também atender as cargas novas.

Suprimento de Energia

Controle dos montantes contratados de energia e demanda, para que esses valores fiquem dentro dos distribuídos e não ultrapassem os limites de contratos, observando a sazonalidade do sistema de elétrico.

Içara – Centro

Manutenção corretiva e preventiva, no sistema primário de distribuição, criar ponto de manobras de cargas, verificação de carregamento de transformadores e adequação do sistema de iluminação publica.

Içara - Bairro

Monitoramento dos níveis de tensão e adequações as normas de fornecimento de energia elétrica, melhorando os circuitos com troca de cabos, sistema de aterramento nos transformadores e proteção dos circuitos.

Içara - Rural

Conclusão do projeto de transferência das redes de distribuição para as margens das estradas e ampliações do sistema de distribuição, atendendo aumento de demanda nos período de safra do fumo, onde requer uma energia firme, pois o processo de secagem esta automatizado.

Verificando seletividade no sistema de distribuição e proteção dos circuitos.

Içara – Balneários e Lagoas.

Manutenção preventiva e corretiva no sistema de distribuição, divisão de circuitos e instalação de novos transformadores de distribuição de energia elétrica.

Estudo de crescimento da demanda e carregamento dos alimentadores, instalação de banco de regulador de tensão, controle do fator de potência.

Alimentadores: Características Técnicas e Operacionais.

Alimentador Iça 02:

Regiões de distribuição: Vila Nova, Esplanada, Balneário Esplanada, Arroio da Cruz, Urussanga Velha, Boa Vista, Coqueiros, Barracão, Quarta Linha.

Extensão de distribuição, tronco principal 50 km. Demanda medida 7MW, Carregamento cabo 70%.

Possibilitar interligação entre alimentadores para fazer transferência de carga.

Alimentador Iça 03

Regiões de distribuição: Bairros, Liri, Jaqueline, Elizabete, Esperança, Santa Cruz, Linha Três Ribeirões.

Extensão de distribuição, tronco principal 6 km, Demanda 6,7 MW, Carregamento cabo 65%.

Carga principal Industrial, com possibilidade de transferência de carga entre alimentador. Estudo de proteção e regulação de tensão.

Alimentador Iça 04

Região de distribuição Balneário Rincão Norte e centro.

Extensão 15 km, Demanda 7,5 MW, carregamento cabo 80% no verão.

Regular tensão no sistema de distribuição com divisão de circuito. Ponto de manobras de carga em paralelismo entre alimentadores.

Alimentador Iça 05

Região de distribuição: Balneário Rincão, Lagoas e Barra Velha.

Extensão de distribuição, tronco principal 20 km Demanda 7.2 MW, carregamento 90%.

Carga Sazonal verão, possibilitar transferência de carga entre alimentador, regular tensão de distribuição com banco regulador, Melhoramento nos cabos de alimentação, com possibilidade de troca de cabo 4/0 para 336,4 ca.

Alimentador Iça 07

Região de distribuição: Centro de Içara, Hospital, Primeira Linha, Segunda Linha, Terceira Linha, Quarta Linha, Ponta do Mato, Distrito Industrial.

Extensão distribuição tronco principal 20 km, Demanda 5,8 MW carregamento 60%.

Carga Industrial e Comercial, melhoramento no tronco principal com troca de poste e cabos.

Alimentador JVA 01

Região de distribuição: Rural no município de Sangão.

Extensão de distribuição 30 km, Demanda 1,8 MW carregamento 70%.

Alimentador apresenta problemas de cabos no sistema primário e regulação de tensão, possibilidade de instalar banco regulador de tensão, manutenção preventiva e corretiva no sistema de distribuição, e deslocamento de redes alta tensão para as margens das estradas.

ESTUDO E PROJETO SUBESTAÇÃO

Estudo de viabilidade de implantação de subestação em 69 KV no sistema de distribuição Cooperaliança para divisão de carga entre subestações.

Definições da alternativa a ser adotada (Estudo de planejamento contratado com a Conexão Engenharia).

Solicitação do Acesso à Celesc.

Assinatura dos contratos de uso e de conexão para a nova rede de 69 KV.

Ajuste das tarifas de suprimento.

Definição da forma de operação em 69 KV.

Planejamento dos Alimentadores

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total	Justificativa
1	Iça07	Reforma do tronco, Primeiro de Maio até Vila São José trecho com 3 km de extensão	186.000,00	Ampliação de carga Industrial confiabilidade na operação
2	Iça 07	Reforma do tronco Vila São José Terceira Linha Trecho com 4 km de extensão	180.000,00	Deslocamento do alimentador para margem da estrada visando melhoria na confiabilidade e índices Dec e Fec
3	Iça 02	Ampliação do alimentador até Bairro Barracão, trecho de 3 km extensão	120.000,00	Construção do novo trecho de alimentador opção de manobras, margem Br 101.
4	Iça 03	Novo trecho de alimentador Bairro Iri até trevo Pres. Vargas com 3,5 km extensão	192.500,00	Construção do novo alimentador trecho Rod SC 444 atendimento indústria
5	Iça 02	Troca de condutores trecho Esplanada até Alto Alegre com 3,5 km de extensão	87.500,00	Aumento da confiabilidade melhorando índices de qualidade dos conjuntos
6	Iça 03	Deslocamento e construção de alimentador margem da estrada na L.T.R. trecho 5 km.	150.000,00	Melhoria na operação e manutenção do sistema elétrico dando confiabilidade a distribuição
7	Iça 07	Deslocamento e construção de ramais as margens das estradas trecho 3 km. Rurais	90.000,00	Melhoria na operação e agilidade na manutenção do sistema distribuição
8	Iça 04	Opção de manobras e transferência de carga paralelismo, Bal Rincão	135.000,00	Confiabilidade no sistema de distribuição com carga pesada durante o verão.
	Total		1.141.000,00	

Planejamento Redes Baixa Tensão

Obras	Circuitos	Descrição das Obras	Total	Justificativa
1	45	Melhoria, construção e divisão de circuitos troca de cabos e sistema de proteção.	675.000,00	Melhoria na qualidade, atendimento ao crescimento vegetativo do sistema elétrico, índices DEC e FEC.
	Total		675.000,00	

Aquisição de Equipamentos Para Distribuição

Quantidade	Tipo	Total	Justificativa
50	Transformador	300.000,00	Atender ao aumento da demanda do sistema de distribuição e resolução 505/2001 Aneel
06	Regulador de Tensão	270.000,00	Controle de tensão conforme determina resolução 505/2001 da Aneel
	Total	570.000,00	

Total do planejamento dos investimentos no setor de distribuição de energia elétrica: R\$ 2.386.000,00

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ - 83.647.990/0001-81

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2006 e 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
Ativo	2007	2006
Circulante	12.071	9.145
Numerário disponível	142	271
Aplicações no mercado aberto	17	847
Numerário em Transito	94	60
Consumidores, concessionárias	10.149	6.351
Rendas a receber	111	77
Devedores diversos	468	501
Outros créditos	1.376	1.222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.213)	(1.055)
Estoque	158	421
Serviços em curso	769	450
Realizável a longo prazo	4.525	1.421
Créditos, valores e bens	4.525	1.421
Permanente	16.366	15.460
Investimentos	211	677
Imobilizado	16.155	14.783
Total do ativo	32.962	26.026

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ - 83.647.990/0001-81

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2006 e 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislaço Societária	
	2007	2006
Passivo		
Circulante	8.787	7.302
Fornecedores	4.217	2.438
Folha de pagamento	48	69
Tributos e Contribuiçoes Sociais	931	920
Credores Diversos	2.459	2.585
Obrigaçoes estimadas	304	348
Outras contas a pagar	828	942
Exigível a longo prazo	6.157	1.642
Provisões	1.788	1.442
Participaço Financeira Consumidores	200	200
Fornecedores	4.169	-
Patrimônio líquido	18.018	17.082
Capital social	976	889
Reservas de capital	873	873
Reservas de Sobras	9.720	9.071
Fundo de Assist. Técnica Educ. e Social	104	231
Reserva para Geraço de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expan. e Manut. do Sist. de Distrib	4.837	4.323
Sobras do exercício	360	547
Total do Passivo	32.962	26.026

Demonstração do Resultado

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ - 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2007	2006
Receita operacional	49.998	35.585
Fornecimento de energia elétrica	49.523	35.241
Serviços	97	81
Outras receitas operacionais	378	263
Deduções da receita operacional	(13.708)	(8.688)
ICMS	(8.970)	(7.600)
Devoluções	(1.932)	(334)
Pis / Cofins	(225)	0
Encargos Setoriais CCC/CDE/RGR/P&D/PEE	(2.581)	(754)
Receita operacional líquida	36.290	26.897
Custo do serviço de energia elétrica	(35.116)	(24.599)
Energia elétrica comprada para revenda	(25.545)	(13.940)
Custo de operação/ Pessoal	(4.157)	(3.800)
Material	(1.019)	(865)
Serviços de terceiros	(2.124)	(1.798)
Depreciação e amortização	(1.099)	(1.026)
Provisões	(158)	173
Outras	(686)	(3.009)
Seguros, tributos e alugueis	(328)	(335)
Sobras operacionais bruto	1.174	2.297
Resultado financeiro	204	116
Receitas Financeiras	1.016	625
Despesas Financeiras	(812)	(509)
Resultado operacional	1.378	2.412
Receita não operacional	(57)	210
Despesa não operacional	(645)	(692)
Sobras antes da CS / IR	676	1.930
Contribuição social	(13)	(38)
Imposto de renda	(22)	(89)
Sobras líquidas antes da constit. dos fundos	641	1.803
Ajuste de Exercícios Anteriores	440	-
Sobras Antes da Constituição dos Fundos	1.081	1.803
Fundo de Reserva Legal	(103)	(166)
FATES – Fundo de Assist. Técnica Educ. e Social	(104)	(228)
Fundo de Exp. e Manutenção do Sistema de Distrib.	(514)	(829)
Sobras Líquidas do Exercício	360	580

Demonstração do Resultado

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ - 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	ASSOCIADOS	TERCEIROS	TOTAL
Receita operacional	43.541	6.457	49.998
Fornecimento de energia elétrica	43.066	6.457	49.523
Serviços	97		97
Outras receitas operacionais	378		378
Deduções da receita operacional	(11.938)	(1.770)	(13.708)
ICMS	(7.812)	(1.158)	(8.970)
PIS	(35)	(5)	(40)
COFINS	(161)	(24)	(185)
Devoluções	(1.682)	(250)	(1.932)
Quota para RGR	(257)	(38)	(295)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(130)	(19)	(149)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(899)	(133)	(1.032)
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(819)	(122)	(941)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(143)	(21)	(164)
Receita operacional líquida	31.603	4.687	36.290
Custo do serviço de energia elétrica	(22.245)	(3.300)	(25.545)
Energia elétrica comprada para revenda	(22.245)	(3.300)	(25.545)
Custo de operação	(8.335)	(1.236)	(9.571)
Pessoal (inclui de remun. administradores)	(3.620)	(537)	(4.157)
Material	(887)	(132)	(1.019)
Serviços de terceiros	(1.850)	(274)	(2.124)
Depreciação e amortização	(957)	(142)	(1.099)
Provisões	(138)	(20)	(158)
Outras	(597)	(89)	(686)
Seguros, tributos e alugueis	(286)	(42)	(328)
Sobras operacionais bruto	1.023	151	1.174
Resultado financeiro	178	26	204
Receitas Financeiras	885	131	1.016
Despesas Financeiras	(707)	(105)	(812)
Resultado operacional	1.201	177	1.378
Receita não operacional	(50)	(7)	(57)
Despesa não operacional	(562)	(83)	(645)
Sobras antes da C.Social e Imposto de Renda	589	87	676
Contribuição social	0	(13)	(13)
Imposto de renda	0	(22)	(22)
Sobras líquidas antes da constituição dos fundos	589	52	641
Ajuste de Exercícios Anteriores	440		440
Sobras líquidas antes da constituição dos fundos	1.029	52	1.081
Fundo de Reserva Legal	(103)		(103)
FATES – Fundo de Assist. Téc. Educ. e Social	(52)	(52)	(104)
Fundo de Expansão e Manut. do Sist. de Distrib.	(514)		(514)
Sobras líquidas do exercício	360	0	360

COOPERATIVA ALIANÇA

CNPJ - 83.647.990/0001-81

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2007**

(Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS				SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS	
			FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA PARA GERAÇÃO DE ENERGIA	FUNDO DE EXPANSÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO			TOTAIS
SALDOS 31/DEZ./04	889	873	9.071	232	1.148	4.323	14.774	546	17.082
1 - AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização de quotas	87	-	-	-	-	-	-	-	87
- Devolução de quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - AUMENTO DE RESERVAS									
- Destinações conforme AGO	-	-	546	-	-	-	546	(546)	-
- Destinações estatutárias	-	-	103	104	-	514	721	(721)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS									
- Realização de reservas	-	-	-	(232)	-	-	(232)	-	(232)
4 - AJUSTES EXERCICIO ANTERIORES	-	-				-		440	440
6 - SOBRAS DO NO EXERCÍCIO								641	641
SALDOS 31/DEZ./05	976	873	9.720	104	1.148	4.837	15.809	360	18.018
MUTAÇÕES DO PERÍODO	87	-	649	(128)	-	514	1.035	(186)	936

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ - 83.647.990/0001-81
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2006 e 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	2007	2006
Origem de Recursos	7.762	3.024
Das operações	7.762	3.024
Sobras Lucro líquido do exercício	1.603	1.803
Redução nos investimentos	466	-
Depreciação e amortização	971	1.024
Baixa de bens do permanente	110	124
Aumento do exigível longo prazo	4.515	-
Integralização de capital	97	73
Aplicação de Recursos	6.321	5.271
De Operações	6.321	5.271
Ajuste de Exercício Anteriores	440	34
Devolução de Capital	10	7
Realização de Reservas de Sobras (Fates)	314	446
Redução do Exigível à Longo Prazo		844
Aumento no Realizável à Longo Prazo	3.104	889
Aplicações em investimentos		25
Baixa de Depreciação	25	100
Aplicações no Imobilizado	2.428	2.926
Aumento/Diminuição do Capital Circulante Líquido	1.441	(2.247)
Ativo Circulante	2.926	374
No início do Exercício	9.145	8.771
No fim do Exercício	12.071	9.145
Passivo Circulante	1.485	2.621
No início do Exercício	7.302	4.680
No fim do Exercício	8.787	7.301

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Valores expressos em milhares de reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de capital aberto, controlada pelos associados, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2 - DAS CONCESSÕES

A concessionária detém concessão, válida até o ano 2015, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Araranguá, Sangão e Jaguaruna, atendendo a 28.777 consumidores. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina, desde 2002.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Legislação Cooperativista e Estatuto Social.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas, em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Ofícios Circulares nº 2.409/2007 de 14/11/2007 da SFF/ANEEL.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Consumidores, concessionárias e permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada até 31 de dezembro de 2007, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, e calculada na forma do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica.

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas e os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 – NUMERÁRIO DISPONIVEL

Numerário Disponível	2007	2006
Caixa	18	61
Bancos	124	210
Total	142	271

6 – APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2007	2006
Banco Itaú S/A	Fundos	Aut. Diário	1,00 am	0	1
Bradesco S/A	Capitalização	36 meses	0,60 am	0	6
C. E. Federal	Poupança	30 dias	0,50 am	10	10
Unibanco	Aplicação	Aut . Diária	1,2 am	0	10
Santander	Aplicação	30 dias	1,2 am	7	820
Totais				17	847

7 – CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

Consumidores	2007	2006
Faturados	28.777	27.987
Total	28.777	27.987

Composição das Contas a Receber

Consumidor/Concessionárias/ Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para			
					Devedores duvidosos		Saldo	Saldo
					2007	2006	2007	2006
Residencial	1.156	486	176	1.818	275	212	1.543	1.321
Industrial	1.518	1.100	783	3.401	767	754	2.634	1.635
Comercial	532	189	86	807	107	57	700	587
Rural	481	206	54	741	45	28	696	614
Poder Público	35	36	105	176	18	3	158	90
Iluminação Pública	175	-	-	175			175	141
Serviço Público	52	36	-	88			88	73
Ativo regulatório Reh 428	891	-	-	891			891	
Subtotal	4.840	2.053	1.204	8.097	1.212	1.054	6.885	4.461
Serviço Taxado	13	11	7	31			31	21
Participação Financeira	0	-	4	4			4	8
Parcelamentos	747	100	120	967			967	797
Encargo de Capacidade		-	9	9			9	9
Passivo Regulatório reh 428	4.320	-	-	4.320			4.320	
Total	9.920	2.164	1.344	13.428	1.212	1.054	12.216	5.296

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina a Manual de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

Consumidores de Baixa Renda

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 estabeleceu diretrizes para o enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80 kWh, tendo o Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002, ampliando a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh.

Em decorrência da nova classificação, a concessionária procedeu ao levantamento das perdas e ganhos de receita, no exercício de 2002 a 2006, tendo sido apurado o montante de R\$ 842 mil de ganhos de receitas, sendo R\$ 286 mil do exercício de 2004, R\$ 252 mil do exercício de 2005 e R\$ 87 mil do exercício de 2006. Corrigidos pela (SELIC), estes ganhos de receita foram descontados na IRT da cooperatância, que culminou com o reajuste tarifário em 07/02/2007, reduzindo em 2,45 (dois vírgula, quarenta e cinco pontos percentuais), o índice de reajuste tarifário homologado em 07/02/2007.

Para o reajuste previsto para fevereiro de 2008, deverão se compensados os saldos dos ganhos não contemplados nos exercícios de 2006 e 2007.

Este montante foi apropriado a débito de Receitas “receitas de operações com energia elétrica” “Fornecimento” “Residencial”, e a crédito na conta de “credores diversos”, “consumidores”, “ganho de receita baixa renda”,

8 – RENDAS A RECEBER

Outras Rendas	2007	2006
Multas p/ atraso	62	46
Tarifa de Correio	5	04
Acréscimo Moratório	44	27
Total	111	77

9 - DEVEDORES DIVERSOS

Devedores Diversos	2007	2006
Empregados	80	72
Tributos e Contrib. Sociais	373	389
Outros	15	40
Totais	468	501

10 – OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos	2007	2006
Serviços Prestados a Terceiros	316	229
Convênios de Arrecadação	29	29
Outros	1.031	964
Totais	1.376	1.222

11 – ESTOQUE

Material	2007	2006
Almoxarifado em Serviço	55	97
Adiantamento a Fornecedores	103	324
Totais	158	421

12 – SERVIÇOS EM CURSO

Serviços Prestados a Terceiros	2007	2006
Serviços Prestados a Terceiros	769	450
Total	769	450

13 – INVESTIMENTOS

Investimentos	2007	2006
Fecoerusc Ltda	35	35
Cooperaliança Energética S/A	-	561
Terrenos Não Operacionais	158	63
Outro – Terreno Associação	18	18
Totais	211	677

14 – IMOBILIZADO

Imobilizado	2007	2006
Em serviço	15.446	14.133
Em curso	709	650
Totais	16.155	14.783

			2007	2006
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido
Em Serviço				
Distribuição				
Custo histórico	5,00%	19.217	6.284	12.933
Correção monetária especial				12.087
Comercialização				
Custo histórico	5,00%	2.485	495	1.990
Correção monetária especial				1.740
Administração				
Custo histórico	5,00%	897	374	523
Correção monetária especial				306
		22.599	7.153	15.446
Em Curso				
Distribuição		669		540
Comercialização		40		15
Administração		-		95
		709		650
		23.308	7.153	16.155
				14.783

As principais taxas anuais de depreciação por macro-atividade, de acordo com a Portaria ANEEL nº 815 de 30/11/1994, são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Barra de capacitores	5,0
Chave de distribuição	6,7
Condutor do sistema	5,0
Estrutura do sistema	5,0
Regulador de tensão	3,5
Transformador	5,0

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens

inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	2007	2006
Participação Financeira do Consumidor	200	200
Total	200	200

15 - FORNECEDORES

Fornecedores	2007	2007
Fornecedores de energia elétrica	3.725	1.800
Materiais e serviços	492	638
Totais	4.217	2.438

16 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Tributos e Contribuições Sociais	2007	2006
Impostos	831	787
Contribuição	100	133
Totais	931	920

17 – CREDORES DIVERSOS

Credores Diversos	2007	2006
Consumidores	2.092	1.809
Empregados	7	(2)
Outros Créditos	360	778
Totais	2.459	2.585

18 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Obrigações Estimadas	2007	2006
Tributos e Contribuições Sociais	86	146
Folha de Pagamento	218	202
Totais	304	348

19 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	2007	2006
Encargos do Consumidor a Recolher	209	304
Encargos Tarifários	49	49
P&D e PEE	529	542
Outras	41	47
Totais	828	942

20 - TAXAS REGULAMENTARES

Taxas Regulamentares	2007	2006
Quota da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	81	18
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	18	13
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	200	74
Taxa de Fiscalização – ANEEL	0	4
Totais	299	109

21 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – LONGO PRAZO

Tributos e Contribuições Sociais – Longo Prazo	Depósitos judiciais		2007	2006
	2007	2006		
COFINS - PIS Prov. P/ contingências			1.295	1.295
Trabalhistas			100	147
Multa Fiscalização			393	-
Total			1.788	1.442

22 – CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS

A Cooperativa Aliança – Cooperaliança é uma sociedade cooperativa, amparada pela lei 5.764/71, e por conseqüente não tributa pis/cofins, na venda de bens aos seus associados. (Ato Cooperativo)

As sociedades cooperativas contribuem sim para o pis/cofins, na venda de bens à não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o pis e de 3,00% (três pontos percentuais) para a cofins.

23 - PROVISÕES PARA CONTINGENCIAS

Contingência	2007		2006	
	Valor da Provisão No Exercício	Provisão Acumulada	Valor da Provisão No Exercício	Provisão Acumulada
Fiscais				
Cofins		1.064		1.064
Pis		231		231
Subtotal		1.295		1.295
Trabalhistas	(47)	100		147
Multa Fiscal.	393	393		
Total	346	1.788		1.442

Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Fecoesuc (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

Trabalhistas

No Exercício de 2006, foram provisionados valores, referente a ações trabalhistas que tramitam no judiciário, com sua probabilidade de perda.

24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2006, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º do Estatuto Social.

Descrição dos Fundos	Percentual %	Valor
Fundo de Reserva Legal	10%	103
Fundo de Assist. Técnica Educacional e Social	5%	51
Fundo de Expansão e Manutenção Do Sistema de Distribuição	50%	514
Resultado com não associado destinado ao FATES	100%	52
Totais		720

25 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 representa R\$ 976 mil, é constituído de quotas-parte conforme artigo 14º do Estatuto Social, “O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas-parte no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o numero de quotas subscritas, mas nunca poderá ser inferior a 10.000 (Dez mil) UFIR (Unidade Fiscal de Referência) do Governo Federal, ou outro indexador que a venha substituir”.

Reservas de Capital

Reservas de Capital	2007	2006
Correção monetária complementar	873	873
Total	873	873

Reservas de Lucros

Reservas de Lucros	2007	2006
Reserva legal	9.720	9.071
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição	4.837	4.323
Fundo de Assist. Técnica Educacional – FATES	104	231
Totais	15.809	14.773

São constituídas conforme artigo 46 do Estatuto Social, “A Cooperativa se obriga a constituir: a) O Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez

por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício, b) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício, c) o Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. (instituído em 11/11/2003 com a reforma estatutária)

A Lei 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após, constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em assembléia geral. Caso a AGO defina a distribuição entre os associados, das sobras apuradas no exercício o Estatuto Social define assim a sua distribuição. “Art. 51 - A sobra líquida da Cooperativa apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembléia geral.”

26 - FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Consumidores	Consumidores		MWh		Legislação Societária	
	2006	2006	2007	2006	2007	2006
Residencial	23.571	22.903	35.081	33.651	14.194	11.636
Industrial	176	169	57.490	51.204	18.733	13.296
Comercial	1.554	1.521	13.915	13.396	5.762	5.034
Rural	3.257	3.193	11.081	11.167	2.925	2.636
Poder público	198	181	932	823	404	312
Iluminação pública	5	4	7.564	7.188	1.994	1.685
Serviço público	10	10	2.095	1.688	736	601
Consumo próprio	6	6	103	96	50	41
Encargo Emergencial		-	-	-		-
Serviços/Outras Receitas		-	-	-	5.280	344
Subtotal	28.777	27.987	128.261	119.213	50.048	35.585
Icms e Outras					13.709	8.688
Total	28.777	27.987	128.261	119.213	36.339	26.897

27 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA:

Energia Comprada para revenda	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2007	2006	2007	2006
Energia Comprada para revenda	142.932	133.720	25.545	13.940
Total	142.932	133.720	25.545	13.940

28 – DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

Pessoal	2007	2006
Remunerações (incluídos diretores R\$ 221)	2.752	2.559
Encargos sociais	959	853
Auxílio alimentação	242	190
Convênio assistencial e outros benefícios	160	137
Roupas Profissionais	20	39
Seguros	10	8
Auxilio Transporte	14	14
Total	4.157	3.800

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do conselho Fiscal e delegados representantes junto a Fecoeerusc.

29 – DESPESAS FINANCEIRAS

Os encargos financeiros, e as variações monetárias estão distribuídos por macro-atividades, e apropriados no resultado.

30 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Resultado Não Operacional	2007	2006
Ganho na desativação de bens e direitos	-	30
Outros ganhos não operacionais	(57)	180
Outras despesas não operacionais	(645)	(692)
Totais	(702)	(482)

31 – PASSIVO REGULATÓRIO

Os efeitos econômicos e financeiros produzidos pela alteração de cálculo da TE e da TUSD da CELESC para a COOPERALIANÇA sobre as tarifas da revisão de 2006, decorrentes da resolução nº 243 de 19 de dezembro de 2006, resultaram no valor de R\$ 4.861.106,92 (Quatro milhões, oitocentos e sessenta e um mil, cento e seis reais e noventa e dois centavos).

Visando a modicidade tarifária, ocorreu o diferimento do passivo total em cinco parcelas anuais de R\$ 972.221,38 (Novecentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte um reais e trinta e oito centavos), sendo sua primeira parcela no reajuste de 2007, conforme estabelecido no Artigo 2º da Resolução homologatória nº 428 de 06 de fevereiro de 2007, atualizados pelo IGP-M, que no exercício de 2007, foi cobrado o montante de R\$ 972.221,38 (Novecentos e setenta e dois mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos).

Para o exercício de 2008, será cobrado o equivalente a R\$ 1.049.452,08, já atualizados.

Passivo	Fev/ 2007	Fev/2008
Passivo TUSD	(5.458.246,48)	(5.891.835,12)
Passivo TE	10.319.353,40	11.139.095,50
Total Passivo	4.861.106,92	5.247.260,38

Parcelas	Fev/ 2007	Fev/2008
Parcelas TUSD	(1.091.649,30)	(1.178.367,02)
Parcelas TE	2.063.870,68	2.227.819,10
Total Passivo	972.221,38	1.049.452,08

32 – PROVISÕES PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, foi aplicado obedecendo aos dispostos na legislação fiscal e a Lei 5.764/71 (Sociedades Cooperativas), que define operações com associados e com terceiros.

Operações no período:

Receitas	2007	2006
Operações com associados	43.065	29.552
Operações com não associados	6.458	6.033
Total da Receita	49.523	35.585

A Lei 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente ou: a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

33 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Cooperativa Aliança – durante o exercício de 2007, promoveu algumas mudanças no critério de contabilização de despesas incorridas em outros exercícios e necessitaram de sua regularização, e com isso promoveram a mudança na conta de lucros acumulados como segue:

Lançamentos	Valores
Baixa Provisão P&D e PEE	260
Provisão Ganho Baixa Renda	41
Apropriação Empréstimos CEF	(8)
Pagamentos CSLL e IRPJ 2006	48
Apropriação de Juros	99
Total de Ajustes Exercícios Anteriores	440

34 – PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária por meio da Associação de Funcionários, mantém plano de saúde para seus empregados e dependentes legais. As contribuições ao plano são efetuadas por ambos, patrocinador e beneficiários.

35 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) CONSIDERAÇÕES GERAIS

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b) VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da cooperativa aproximam-se dos valores contábeis.

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente desses instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

c) CONCENTRAÇÃO DE RISCOS DE CRÉDITO

Parte substancial das vendas é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na realização destes.

36 - SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Veículos – Frota com Seguro Total	31/03/2008	564
Veículos – Frota com seguros contra terceiros	31/03/2008	2.325

Seguro de Transporte: Frota com seguro Total – Estão incluídos os veículos que correm o maior risco de acidente. Na Frota com seguros contra terceiros - Estão incluídos os demais veículos que estão na operacionalização dos serviços e com menor risco de acidente.

37 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, resultado e nas atividades são:

- Realização de estudo de viabilidade, para a construção de subestação em Tensão 69, para atender a demanda de crescimento das regiões litorâneas e da classe industrial.
- Aquisição de terreno localizado no município de Içara – SC., para a construção de subestação e seu projeto de execução.

Informações Complementares

Balanco Social - 2007

Responsabilidade social é muito mais do que gestos episódicos de filantropia motivados por considerações de marketing ou relações públicas. É mais do que garantir que o produto da concessionária seja seguro e confiável. É mais do que gerar riquezas e empregos e recolher impostos na condução normal dos negócios. Para a concessionária, comprometer com um conjunto de políticas, programas e práticas que não apenas atendam, mas ultrapassem as exigências éticas e legais no que toca à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade onde opera e da sociedade como um todo. É sobre tudo, uma atitude pró-ativa de estender a mão aos mais carentes, ajudando a reduzir as chagas sociais. É ter solidariedade como um valor que permeia e baliza toda a atuação da concessionária, sem prejuízo de suas metas empresariais e comerciais.

Como se verá a seguir, tendo equacionado as questões sociais mais graves nos municípios em que atua, a concessionária se volta agora para ampliar sua atuação de caráter comunitário, a fim de auxiliar a resolver outros problemas que afetam nossa população.

Estendendo para todos os benefícios da eletricidade

A marca registrada da atuação social da concessionária são os programas de eletrificação rural e urbana, levado nos últimos anos à universalização dos benefícios da energia elétrica em sua área de concessão, atingindo 100% da sua área.

Preservando e restaurando o meio ambiente

Construindo redes de distribuição com responsabilidade ambiental - A concessionária tem atuado de forma exemplar em benefício do meio ambiente, das populações situadas nas áreas de influência de suas obras de engenharia, e das comunidades onde opera.

Em 2005, a concessionária executou amplo programa de deslocamento de redes rurais para orlas de vias de acesso, evitando desta forma o impacto ambiental de supressão da floresta.

Rede Protegidas ou linha verde - Rede protegidas ou linha verde é o sistema de rede de distribuição protegida desenvolvido para substituir a rede convencional onde a arborização é muito rica. O sistema é composto por cabos de alumínio recobertos por uma camada plástica. Com a compactação da rede, a necessidade e a frequência de poda de árvores em torno dos condutores são substancialmente reduzidas. A concessionária já conta com 1 km de rede protegidas.

Filantropia e trabalho voluntário

Doações do FATES – O Estatuto social da concessionária em seu art. 46º obriga a cooperativa constituir o fundo de assistência técnica educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares, e seus empregados, constituído de 5% das sobras líquidas no exercício e os resultados das operações com não associados em sua totalidade, que no exercício de 2006, no valor total de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte oito mil reais), beneficiaram diversas entidades que foram: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a Associação de Bombeiros Voluntários; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Associação Coral de Içara; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Içara; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), ao Grupo de Canto dá Fé Estrela Guia; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), à Associação Coral Balneário Rincão; R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), á Associação de Pais e Amigos do Autista de criciúma - AMA; R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), à Rede Feminina de Combate ao Câncer; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), Associação Atlética Vila Nova; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Associação Beneficente Amor e Ação; R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais), a Associação Beneficente Educacional Esperança; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a Associação Beneficente Esperança a Quem Necessita; R\$ 1.500,00 (hum e quinhentos reais), a Associação Comunidade Teatral Doutores da Paz, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Associação Conselho Local de Saúde – Centro Içara; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Associação Coral Vozes do Mar de Vila Nova; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a Associação de Moradores do Bairro Jardim Elizabeth; R\$ 1.500,00

(hum mil e quinhentos reais) a Associação de Moradores Loteamento Vila Nova; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos Reais) a Associação de Moradores Urussanga Velha; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos Reais) a Associação de Pais e Professores E.B. Melchiades Espíndola; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Associação dos Deficientes Físicos de Içara – ADFI; R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); a Associação de Produtores de Feijão e Milho do município de Içara; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Associação dos Universitários de Içara – AUNI; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), ao Clube de Pais e Amigos de Içara, R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a Colônia de Pescadores Z-33, Balneário Rincão; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a Comunidade de Rio Acima, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Comunidade do Loteamento Jussara, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), ao Conselho Local de Saúde do Loteamento Jussara, R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), ao Conselho Pastoral Comunitário Capela Sagrada Família – Zona Sul B. Rincão, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) ao Coral Infante Juvenil Estrelas do Amanhã, R\$ 3.000,00 (três mil reais), Coopervetra, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) a Escola Filarmônica Içarense de Musica; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), ao Esporte Clube do Jardim Silvana, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), ao Grupo de Escoteiros Djalma Marques Escaravaco, R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a Pastoral da Criança da Vila Nova – APACRI; R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a AFASI – Associação Feminina de Assistência Social de Içara; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) à pastoral da Esperança de Içara; R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), à associação beneficente Família Feliz; R\$ 3.000,00 (três mil reais), ao Centro de Recuperação Vida Jovem; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), à Associação Beneficente Berço dos Anjos; R\$ 2.000,00 (dois mil e reais), a EFIAS; R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a Sociedade Esportiva Ipiranga de Içara; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) à Associação de Artesãos Frutos da Nossa Praia - Rincão; R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais), à Associação das Mulheres Voluntárias do Balneário Rincão, R\$ 1.500,00 (hum mil reais) à Associação dos Aposentados e Pensionistas de Içara; R\$ 3.000,00 (três mil reais); a Casa da Cultura – Pe. Bernardo Junkes; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), à Casa do Repouso Tia Lucia; R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) União das Associações dos Conselhos Locais de Saúde; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), ao Grupo de Oração Javé Yieré (Deus Proverá); R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais) ao Grupo de Musica Maria da Rosa Mística e N. Aliança, R\$ 3.000,00 (três mil reais), ao Instituto Desafio Jovem da Ultima Hora, R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais) ao Moto Clube Trilheiros do Mel, R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais), a Pastoral das Samaritanas do Hospital São Donato, R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais) a Pastoral Vocacional, R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais), ao Grupo Folclórico La Montanara; R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), ao Grupo Içara de Incentivo à Vida; R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a Ong. Sociedade Ecológica; R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) a Pastoral Social; R\$ 1.500,00 (hum mil quinhentos reais) ao Posto de Saúde do Bairro Cristo Rei, R\$ 3.000,00 (três mil reais), ao Programa Educacional de Resistência as Drogas – PROERD, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) ao Programa Social Iniciação do Trabalho do Adolescente Maria Bernadete, R\$ 2.000,00 (dois mil reais), ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Içara, R\$ 1.500,00, (hum mil e quinhentos reais), a Sociedade Esportiva e Recreativa Caiçara, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Igreja Evangélica Assistente de Deus – Ministério da Madureira; R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a Associação do Movimento da Consciência Negra – Chico Rosa; R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), ao Fundo Social, a disposição do conselho administração para cumprir programas sociais.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

O programa de pesquisa e desenvolvimento e uma obrigação contida na resolução 650/2002, que obriga as concessionárias a aplicar 0,5 de sua receita líquida em programas de eficiência energética. No ano de 2005 a concessionária aplicou R\$ 42 mil reais em: na criação de projetos alternativos para a redução do consumo de energia elétrica. A Cooperaliança juntamente com as concessionárias EFLUL LTDA da cidade de Urussanga – SC., e JOÃO CESA da cidade Siderópolis – SC., estão desenvolvendo um programa chamado CALC-PLD que visa o monitoramento das grandezas elétricas (consumo, tensão, corrente, potencial e queda de tensão), do consumidor à concessionária via Internet.

Eficiência Energética

Atendimento a Comunidade de Baixa Renda – Objetivando promover a efficientização da iluminação existente no segmento residencial com baixo poder aquisitivo, através de doação de lâmpadas fluorescentes compactas (LFC), aliada a conscientização dos consumidores para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, buscando a redução no consumo de energia elétrica residencial, e a demanda no horário de ponta do sistema, abrangendo o município de Içara – SC., área de concessão de distribuição de energia elétrica da Cooperaliança., com a

substituição de 5.772 lâmpadas incandescentes de 60W, por lâmpadas fluorescentes Compactas de 15/220V e 1.924 lâmpadas incandescentes de 100W por lâmpadas fluorescentes incandescentes de 20W//220V, em consumidores residenciais de baixa renda, investimento total de R\$ 124 mil.

Sistema de Iluminação Pública - modernizar os sistemas de iluminação pública no município de Içara, foram introduzidos equipamentos mais eficientes em 310 pontos de iluminação pública. Foi reduzindo a demanda de energia elétrica no horário de ponta, ficando em 23,25kW e consumo de 108,59 MWh/ano, assegurando a permanência da iluminação apagada no horário diurno, resgatando a qualidade da iluminação pública do município, valorizando os espaços urbanos, reduzindo os custos da iluminação pública, podendo transferir recursos economizados para as áreas mais carentes, evitando investimentos nos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia, conscientizando o poder público municipal contra o desperdício de energia. Materiais e mão de obra utilizada totalizando em R\$ 53 mil.

Tarifa social - Os consumidores monofásicos, com consumo de até 80 quilowatts/hora por mês, têm direito a participar do programa residencial baixa renda na forma estabelecida pela Resolução 246 de 30/04/2002, com desconto na conta de luz por faixa de consumo, os descontos podem variar de 20% a 30% em relação ao valor da tarifa normal. Também gozam destes benefícios os consumidores residenciais com consumo entre 80 e 220 kwh que estejam inclusos nas condições previstas na resolução nº 485 de 29/08/2002.

Programa de estagiários - Mediante convênio com diversas instituições de ensino, a concessionária oferece oportunidade de estágio que realizam a complementação de ensino.

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ - 83.647.990/0001-81

Demonstração do Balanço Social - 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2007</u>			<u>2006</u>		
	<u>R\$ mil</u>			<u>R\$ mil</u>		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			36.290			26.897
Lucro Operacional (LO)			1.174			2.297
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			4.157			3.800
	<u>2006</u>			<u>2005</u>		
	<u>R\$ mil</u>	<u>FPB</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>FPB</u>	<u>RL</u>
2 - Indicadores sociais internos						
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	242	5,82	0,67	190	5	0,71
Encargos sociais compulsórios INSS/ FGTS	959	23,07	2,64	853	22,44	3,17
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	160	3,85	0,44	137	3,60	0,51
Seguro de vida	10	0,24	0,03	8	0,21	0,03
Roupas Profissionais e transporte	34	0,82	0,09	53	1,39	0,20
Total	1.405	33,80	3,87	1.241	32,64	5,29
			<u>% sobre</u>			<u>% sobre</u>
3 - Indicadores sociais externos						
	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Doações e contribuições	66	5,62	0,18	18	0,78	0,07
Total de contribuições para a sociedade – ICMS	8.970	764	24,71	7.420	323	27,58
Tributos – Excluídos encargos sociais	225	19,16	0,62	180	7,83	0,67
Tributos - Pis	40	3,40	0,11	35	1,52	0,13
Tributo - Cofins	185	15,76	0,51	145	6,31	0,54
Total	9.261	788,78	25,51	7.618	331,61	28,99
			<u>% sobre</u>			<u>% sobre</u>
4 - Indicadores ambientais						
	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	164	13	0,45	49	2,13	0,18
Programa de Combate ao desperdício de Energia Elétrica	148	12,60	0,41	91	3,96	0,34
Total	312	25,60	0,86	140	6,09	0,52

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ - 83.647.990/0001-81

Demonstração do Balanço Social - 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
5 - Indicadores do corpo funcional		em unidades
Empregados no final do período	95	93
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	28	27
2º grau	26	29
1º grau	41	37
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	27	26
De 30 até 45 anos (exclusive)	36	40
Acima de 45 anos	32	27
Admissões durante o período	5	15
Mulheres que trabalham na empresa	15	15
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes		
Negros que trabalham na empresa		
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros		
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes		
Portadores de deficiência física	2	3
Dependentes	162	168
Estagiários	3	3
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	6.950,00	6.950,00
Acidentes de trabalho	2	1

Demonstração do Fluxo de Caixa
dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Valores Expressos em Milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2007	2006
Atividades Operacionais	1.727	1.740
Lucro Líquido do Exercício	360	547
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(158)	174
Depreciação e amortização	1.099	1.026
Baixas de depósitos judiciais e outros	(28)	5
Baixas de investimentos	560	50
Baixas do imobilizado em serviço	(120)	(122)
Baixas do imobilizado em curso	59	(23)
Provisões em obrigações estimadas	(45)	66
Provisões Variações monetárias	-	17
Variações no ativo circulante	993	374
Numerário disponível	(925)	(648)
consumidores e revendedores	1.865	80
Serviços em curso	319	385
Outros créditos	154	229
Estoque	(263)	68
Outras rendas	34	29
Devedores diversos	(33)	58
Provisão devedores	(158)	174
Variações no passivo circulante	443	2.622
Fornecedores	737	586
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(21)	(43)
Tributos e Contribuições Sociais	11	124
Credores diversos	(126)	1.618
Obrigações estimadas	(44)	65
Outras contas a pagar	(114)	272
Aplicações no realizável a longo prazo	(174)	890
Outros realizáveis	(174)	890
Aumento do exigível a longo prazo	346	(844)
Provisões para contingências	346	(844)
Total das Atividades operacionais	3.555	4.782
Atividades de investimento		
Aplicações em investimentos - adiant. P/ futuras particip. / Geração	(466)	25
Aplicações no imobilizado - obras de distribuição	2.471	2.903
Total das atividades de investimentos	2.005	2.928
Atividade de financiamento		
Reservas de lucro	1.250	1.716
Total das atividades de financiamento	1.250	1.716
Total dos efetivos no caixa		
Saldo inicial do caixa	61	77
Saldo final do caixa	19	61
Variação do caixa		

COOPERATIVA ALIANÇA
CNPJ - 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2007	2006
Receitas		
Venda de energia e serviços	49.998	35.585
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(158)	173
Resultado não operacional	(702)	(482)
Devoluções	(1.932)	(334)
Ajuste de Exercício Anteriores	440	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos	25.544	13.940
Serviços de terceiros	2.124	1.798
Materiais	1.019	865
Outros custos operacionais	1.014	3.344
(=) Valor adicionado bruto	17.945	14.995
Retenções	1.099	1.026
(-) Quotas de reintegração	1.099	1.026
(=) Valor adicionado líquido	16.846	13.969
(+) Valor adicionado transferido	1.016	624
Receitas financeiras	1.016	624
(=) Valor adicionado a distribuir	17.862	14.593
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	3.552	3.721
Remunerações	2.752	2.559
Encargos sociais (exceto INSS)	353	774
Auxílio alimentação	243	190
Convênio assistencial e outros benefícios	159	137
Outros	45	61
Governo	12.417	8.560
INSS (sobre folha de pagamento)	605	79
ICMS	8.970	7.420
Imposto de renda e contribuição social	35	127
Outros	2.582	754
Pis/Cofins	225	180
Financiadores	812	509
Outras Despesas Financeiras	812	509
Acionistas	1.081	1.803
Reserva Legal	103	166
Fates	104	228
Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição.	514	829
Lucros retidos	360	580
Valor adicionado (médio) por empregado	190	157

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA ALIANÇA
Içara - SC

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da **COOPERATIVA ALIANÇA**, levantado em 31 de Dezembro de 2007, a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações dos seus recursos correspondentes ao período findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA ALIANÇA**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

Criciúma, 22 de fevereiro de 2008.

MÜLLER AUDITORES INDEPENDENTES S/S -CRICIÚMA
CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, realizada aos 05 (cinco) dias do mês de março do ano de 2008 (dois mil e oito), com parecer das demonstrações financeiras do exercício 2007. Reuniram-se na sede da Cooperativa Aliança – Cooperaliança, sito à Rua Ipiranga, 333, nesta cidade com início às dezenove horas os membros do conselho fiscal: Maria Canever da Silva, Eroni Salomão Coelho, Arino Manoel dos Santos, Felix Pizzetti, Orlando Guglielmi e José Serafim Gomes para examinar e apreciar o seguinte: balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, demonstrativos estatísticos e contas relacionadas com o exercício 2007, compreendendo entre primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro do referido ano, bem como relatório da diretoria e balancete do mês de janeiro de 2008. Depois de procedidos os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: Em cumprimento às determinações estatutárias e ao mandato que nos foi conferido, declaramos que após exame dos documentos contábeis, conciliação bancária e demais documentos, como balanço patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade e ainda baseado nas reuniões regulamentares efetuadas até a presente data nas quais tomamos conhecimentos de todos os atos praticados, e ainda o conselho fiscal teve os pedidos relativamente atendidos quanto aos procedimentos de tesouraria, pagamentos e outras observações que a auditoria recomendou, e em vista da realização da assembleia geral ordinária marcada para o dia sete de março do ano dois mil e oito cujo edital de convocação já foi divulgado dentro do prazo previsto pelo estatuto social, somos de parecer favorável no sentido de que seja aprovado pela assembleia geral ordinária ressalvando os procedimentos internos realizados no almoxarifado e compras. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião, da qual eu secretário lavro a presente ata que lida se aprovada será assinada por mim e pelos demais membros do conselho fiscal. Esta ata é cópia fiel do livro de atas do conselho fiscal nº. 03, folhas: 54v, 55 e 55v.

Içara - SC, 05 de Março de 2.008.

Maria Canever da Silva
Coordenador

Arino Manoel dos Santos
Secretário

Ata da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Aliança - Cooperaliança, realizada aos 07 (sete) dias do mês de março do ano dois mil e oito, na sede social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sito a Rua Duque de Caxias, 211, nesta cidade em terceira e última convocação, às 19:00 horas, com presença de 110 (cento e dez) associados, conforme assinaturas postas no livro de presença realizou a assembléia geral ordinária que teve sua convocação determinada pelo conselho de administração conforme edital abaixo transcrito. O Presidente da Cooperativa Aliança - Cooperaliança, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo estatuto social, convoca os Senhores associados para comparecerem à Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 07 de março de 2008, nas dependências da sede Social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211, nesta cidade de Içara, SC, às 17:00 horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às 18:00 horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às 19:00 horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados para deliberarem sobre a seguinte: ORDEM DO DIA: 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2007, compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício; d) Parecer do Conselho Fiscal. 2) Destinação das sobras apuradas no exercício. 3) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal período 2008. 4) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. 5) Plano de Investimento para o exercício de 2008. 6) Plano de Aplicação dos Recursos do FATES. 7) Alienação de bens do Ativo Imobilizado (móveis e imóveis). 8) Assuntos Gerais. Observações: a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui 28.400 associados. b) A Assembléia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia 08/03/2008 (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. c) As eleições constantes do item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia 08/03/2008. d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147, Içara – centro, onde votarão todos os Associados. e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à secretaria geral da Cooperaliança até às 17:30 horas do dia 26/02/2008. f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na Resolução Nº. 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia 21/02/2008, na sede Social e através da internet no site www.cooperalianca.com.br. h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadores no dia 08/03/2008 não habilitam associados a exercer direito de voto. l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadores no dia 07/03/2008, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria. Içara, 24 de janeiro de 2008. Pedro Deonizio Gabriel - Presidente. Iniciando os trabalhos de instalação da assembléia o presidente da cooperaliança cumprimentou e agradeceu a presença de todos passando a compor a mesa da assembléia convidando os Srs. Juscelino Dagostin vice-presidente, Severiano Antonio Valentim, secretário da cooperaliança, Maria Canever da Silva, coordenadora do conselho fiscal, José Comeli Presidente da Fecoesusc, Valdemar Venturi, representante da FECOERUSC, e coordenador das eleições, logo após o presidente solicitou a assembléia à nomeação do Sr. Tarcisio Lima para presidir-la, o qual foi aprovado por unanimidade. Na qualidade de presidente, o Sr. Tarcisio Lima solicitou à assembléia a nomeação do Sr. Edison Valvassori para auxiliar nos trabalhos da secretaria, o qual também foi aprovado por unanimidade em seguida solicitou ao secretário que efetuasse a leitura do edital já transcrito nesta ata. Após a leitura, apresentou à assembléia a carta circular enviada aos associados e também cópias do Jornal Gazeta, do Jornal Agora e do Jornal Içarense, todos do dia 25 de janeiro de 2008, conforme o que determina o estatuto social. Em seguida solicitou ao secretário, que efetuasse a leitura do primeiro item da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do conselho de administração acompanhando do parecer do conselho fiscal, referente exercício de 2007, e para realizar a prestação de contas convidou os Srs. Edison Valvassori, contador e Edmilson Maragno, engenheiro eletricista da empresa. Logo após, abriu espaço para perguntas e

esclarecimentos sobre as contas apresentadas. Em seguida solicitou à assembléia para determinar a forma de votação das contas do conselho de administração, a assembléia determinou que a votação fosse realizada a descoberta, e, para a aprovação do primeiro item da ordem do dia, solicitou a assembléia que elegeisse, um associado para presidir a votação a qual foi nomeado o Sr. Arino Dezanelli que tomando da palavra submeteu à assembléia a aprovação das contas do exercício a qual foi aprovada por unanimidade de votos. Em seguida, solicitou ao secretário que fizesse a leitura do segundo item da ordem do dia, que se refere à destinação das sobras apuradas no exercício, as quais submetidas à assembléia, a mesma determinou que as sobras apuradas no exercício de 2007 no valor de R\$ 360.037,51 (trezentos e sessenta mil e trinta e sete reais e cinqüenta e um centavos), sejam destinadas ao fundo de reserva legal para ampliação e melhoria no sistema de distribuição. Com referência ao terceiro item da ordem do dia, foi lida a nominata da chapa concorrente aos cargos sociais do conselho fiscal, e o presidente convidou os associados a comparecerem no Colégio Estadual Salete Scotti dos Santos, para a realização da eleição que se iniciará às 08:00 horas até às 17:00 horas do dia oito de março de dois mil e oito. Logo após solicitou ao secretário que fizesse a leitura do quarto item da ordem do dia, que se refere à fixação de pró-labore e cédula de presença as reuniões, para o conselho de administração, conselho fiscal e delegado representantes da Fecoesusc, sendo que após discussão o associado Acirto Costa propôs como pró-labore o valor de R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinqüenta reais), e R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) para reuniões ordinárias e R\$ 83,00 (oitenta e três reais) para as reuniões extraordinárias, o associado Adêmio João Pavei propôs como pró-labore o valor de R\$ 8.250,00 (oito mil duzentos e cinqüenta reais), e R\$ 600,00 (seiscentos reais) para reuniões ordinárias e R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para as reuniões extraordinárias, o associado Valmilson Manoel Pacheco, propôs como pró-labore o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), e R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) para reuniões ordinárias e R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para as reuniões extraordinárias, o associado Edroaldo Junkes, propôs como pró-labore o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para reuniões ordinárias e extraordinárias, que levadas a votação foi aprovada a proposta do associado Acirto Costa foi aprovada com 31 votos. Em seguida, pediu ao secretário que realizasse a leitura do quinto item da ordem do dia, que se refere ao plano de investimentos para o exercício de 2008, o qual o presidente solicitou ao engenheiro Sr. Edmilson Maragno, para fazer a leitura do planejamento do departamento técnico, que após, foi submetido à assembléia o qual foi aprovado por unanimidade no valor de R\$ 2.386.000,00 (dois milhões trezentos e oitenta e seis mil reais). Logo após passou ao sexto item da ordem do dia, que se refere ao plano de aplicação dos recursos do FATES, após debate e discussão, o fundo no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais), ficará a disposição do conselho administração para cumprir programas sociais e treinamento a seus empregados. Em seguida passou ao sétimo item da ordem do dia que trata da alienação de bens do ativo imobilizado, a qual assembléia autorizou a venda de 24 (vinte quatro) lotes localizados na Lagoa dos Esteves – Içara SC, loteamento Vila Suíça Gleba II, sendo eles o lote 01 da quadra 49 com área de 2.700,00m², matrícula 20.109, lote 02 da quadra 49 com área de 2.700,00m², matrícula 20.110, lote 02 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.111, lote 03 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.112, lote 04 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.113, lote 05 da quadra 38 com área 600,00m², matrícula 20.114, lote 06 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.115, lote 07 da quadra 38 com área 600,00m², matrícula 20.116, lote 08 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.117, lote 09 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.118, lote 10 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.119, lote 11 da quadra 38 com área de 600,00m², matrícula 20.120, lote 01 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.121, lote 02 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.122, lote 03 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.123, lote 04 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.124, lote 05 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.125, lote 06 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.126, lote 07 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.127, lote 08 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.128, lote 09 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.129, lote 10 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.130, lote 11 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.131, lote 12 da quadra 39 com área de 600,00m², matrícula 20.132, e dos veículos: Hum Wolksvagem Saveiro CL 1.6 MI, Branco, ano fab. 2002, mod. 2002, placa MBR 3295, Chassis: 9BWEB05X924000019, Hum Chevrolet Celta 1.0 MPFI, Branco, ano fab. 2003, mod. 2003, placa MDI 4062, Chassis: 9BGRD08X03G181320, Hum Fiat Palio 1.0 Fire, Branco, ano fab, 2003, mod. 2003, placa, MDH 9312, Chassis: 9BD17103232283029, Hum Honda Moto CG 125 Titan KS, Prata, ano fab. 2003, mod. 2003, placa MDA 9701, Chassis: 9C2JC30103R171068. No oitavo item da ordem do dia assuntos gerais, não houve manifestação dos associados, em seguida o presidente deu por encerrada a assembléia e convidou os associados para participarem da votação no dia de amanhã. Às 8:00 horas iniciaram-se

os trabalhos de recepção de votos nas seis mesas receptoras, localizadas na Escola Básica Salete Scotti dos Santos. A eleição transcorreu normalmente até às 17:00 horas, encerrando-se a votação e após a apuração do resultado, ficou assim definido: Conselho Fiscal votos apurados, 181 votos; chapa 1 (hum) = 177 votos; brancos = 2 votos; nulos = 2 votos. Diante deste resultado, foi declarada eleita a chapa 01, para o conselho fiscal, que esta assim constituída: Conselho Fiscal Efetivo: Maria Canever da Silva, brasileira, casada com CUB, comerciante, portadora da C.I. n° 6R/ 2.154.685 – SSP/SC, inscrito no CIC sob o n° 632.676.839-04, residente e domiciliada à Rua Antônio Pagani, s/ n°, Balneário Rincão, Içara, SC. Orlando Guglielmi, brasileiro, viúvo, agricultor, portador da C.I. n° 6R/ 1.931.812 – SSP/SC, inscrito no CIC sob o n° 719.146.419-49, residente e domiciliado à Rua Leontino Colodel, s/ n°, Barracão, Içara, SC. Hilário Dalmolin, brasileiro, casado com CUB, agricultor, portador da C.I. n° 6/R 262.474 – SSP/SC, inscrito no CIC sob o n° 008.842.009-49, residente e domiciliado à Rua estrada geral, s/ n°, Ponta do Mato, Içara, SC. Conselho Fiscal Suplente: Cristiano da Silva Silvano, brasileiro, casado com CUB, chapeador, portador da C.I. n° 6/R 3.170.425 – SSP/SC, inscrito no CIC sob o n° 870.813.699-87, residente e domiciliado à Rua Pedro Fernandes Silveira, n° 438, Vila Nova, Içara, SC. Pedro Miguel Fernandes, brasileiro, casado com CUB, vigia, portador da C.I. n° 1.443.281 – SSP/SC, inscrito no CIC sob o n° 461.452.909-78, residente e domiciliado à Rua Jorge Furtulino, s/ n°, Lagoa do Faxinal, Içara, SC. Márcio Realdo Toretti, brasileiro, casado com CUB, funcionário público, portador da C.I. n° 1.440.481 – SSP/SC, inscrito no CIC sob o n° 417.326.939-00, residente e domiciliado à Rua Carlos Colonetti, n° 82, centro, Içara, SC. Os membros eleitos para o conselho fiscal, declaram que não estão impedidos por lei, ou condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra á economia popular, a fé pública e ou á propriedade, bem como não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral, de quaisquer outros componentes de órgão da administração da cooperaliança, declaram ainda os eleitos todos os bens patrimoniais que possuem. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembléia, e esta, após lida, e aprovada, vai assinada por mim, secretario, pelo presidente da assembléia e pelos associados indicados pela assembléia, os senhores: Quintino Pavei, Acirto Costa, Vamilson Manoel Pacheco, Emilia Valvassori, Pedro Deonizio Gabriel, Severiano Antonio Valentim, Maria Canever da Silva, Marcio Realdo Toretti, Gilberto Lima, Francisco Amabilino Benet, Danúbio Gervásio Vieira, Cláudio Blissari e Adêmio João Pavei. “Declaramos para fins de registro que o texto acima transcrito é copia fiel do contido no livro de atas n°. 03 das assembléias gerais da cooperaliança” às folhas n°. 49, 49v, 50, 50v 51, 51v, 52, 52v e 53.

Içara - SC, 08 de Março de 2.008.

Tarcisio Lima
Presidente

Edison Valvassori
Secretário



EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se no dia **07 de março de 2008**, nas dependências da sede Social da Sociedade Recreativa e Esportiva Ipiranga, sita na Rua Duque de Caxias, 211, nesta cidade de Içara, SC, às **17:00** horas em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18:00** horas em segunda convocação com a presença de metade mais hum de seus associados ou às **19:00** horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2007, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras apuradas no exercício;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras apuradas no exercício.
- 3) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal período 2008.
- 4) Fixação de Pró-Labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de Investimento para o exercício de 2008.
- 6) Plano de Aplicação dos Recursos do FATES.
- 7) Alienação de bens do Ativo Imobilizado (móveis e imóveis).
- 8) Assuntos Gerais.

Observações:

- a) Para efeito de Verificação de "quorum" a Cooperativa possui 28.400 associados.
- b) A Assembléia Geral permanecerá em aberto e se prolongará até o dia 08/03/2008 (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes do item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas e se encerrarão às 17:00 horas do dia 08/03/2008.

- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scott dos Santos, sita na Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os Associados.
- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal deverão compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral da COOPERALIANÇA até às 17:30 horas do dia 26/02/2008.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução N° 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do dia estarão disponíveis aos associados a partir do **dia 21/02/2008**, na sede Social e através da internet no site www.cooperalianca.com.br.
- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.
- i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.
- k) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **08/03/2008** não habilitam associados a exercer direito de voto.
- l) Débitos **em atraso** quitados em agentes arrecadadores no dia **07/03/2008**, deverão ser comprovados com apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria.

Içara, SC, 24 de Janeiro de 2008.



PEDRO DEONIZIO GABRIEL
Presidente